



POLÍTICAS PARA EAD NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

MARIA INÊS NAVA AZEVEDO

PAOLA AZEVEDO

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar como as IFES apresentam a Educação a Distância nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional. A educação é a base do progresso e do desenvolvimento de um país e sua disseminação pode ser facilitada por meio das tecnologias. Políticas de implantação do ensino a distância nas Universidades brasileiras foi uma das maneiras encontradas de facilitar o acesso e a interiorização da educação. Neste contexto, a oferta de cursos superiores a distância cresceu rapidamente. A metodologia é exploratória e descritiva, usando pesquisa documental e abordagem quanti-qualitativa. Diante desta conjuntura, procurou-se identificar as políticas e práticas traçadas para educação a distância, em consonância com a sua oferta, presentes nos PDIs de três universidades públicas federais do Sul do Brasil, possibilitando evidenciar a institucionalização da educação a distância no ensino superior. Os resultados mostram que os Projetos estão em diferentes graus de conformidade com as recomendações do Ministério da Educação, ressaltando a necessidade de implantação de políticas de planejamento educacional para EAD.

Palavras-chave: Ensino a distância. Institucionalização. Plano de desenvolvimento institucional.

Introdução

Embora estejamos na era do progresso e da globalização, ainda existem muitos obstáculos para o desenvolvimento de alguns países, entre eles o Brasil. Estes entraves têm ligação, principalmente, à insuficiência de educação formal em todos os níveis, num momento em que a informação e o conhecimento avançado exercem papel essencial para a sociedade (CINDA 2007). A interiorização do conhecimento com o uso da tecnologia e da informação é um dos caminhos mais rápidos e possíveis para dirimir esta deficiência do sistema educacional.

Na última década, o governo federal brasileiro editou uma série de medidas atendendo diretrizes do MEC, para viabilizar a educação a distância nas instituições federais de ensino superior. Este novo momento tem exigido das universidades a incorporação de tecnologias, métodos virtuais e técnicas associadas ao universo *online*, com vistas à adequação do modo de construir o saber e disseminar o conhecimento, viabilizando a ampliação de vagas e a facilitação do acesso e, mormente, o encurtamento das distâncias (LITTO, 2003).

O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB não propõe a criação de uma nova instituição de ensino superior, mas sim, a articulação das instituições públicas já existentes, propondo levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos. Segundo os últimos dados do censo de educação superior de 2007, a oferta de EAD cresceu entre 2002 e 2007, passando de 46 para 408 cursos. Passou para 369.766 mil estudantes em 2007, quando contava com 40.714 mil em 2002; o equivalente a um aumento em 808%. Ressalta-se que tudo isso ocorreu em um período de seis anos.

Pessoas impedidas de frequentar regularmente cursos presenciais, agora são incorporadas às universidades. Esta permissão é leal aos princípios da democratização tão sonhada para a sociedade brasileira. Prova disso é a explosão de cursos a distância que foram implantados em praticamente todas as instituições federais públicas de ensino superior do país, para atendimento de uma demanda de milhares de brasileiros, em atendimento a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e ao Decreto nº. 5622/2005, o qual regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9394/96.

Adicionalmente, a Portaria nº. 4.059 de 10 de dezembro de 2004, proveniente do Ministério da Educação do Brasil, introduziu na organização pedagógica e curricular dos cursos superiores reconhecidos a modalidade semipresencial, embora esta modalidade não tenha sido adotada ainda pelas instituições federais. Apenas as universidades particulares vêm adotando de forma crescente este sistema de 20% a distância.

Aliado ao aumento da oferta de cursos superiores a distância, surge a necessidade de institucionalização destes. Em virtude da “explosão” de oferta da educação a distância no ensino superior, um crescimento de 808% de 2002 a 2007, a questão das políticas de EAD no Plano de Desenvolvimento Institucional ficaram em segundo plano, o que certamente prejudica a qualidade no oferecimento destes cursos.

Ainda que exista a necessidade premente de institucionalização do ensino superior a distância, a dificuldade para tal persiste, conforme reforça Martins (2006):

No contexto das Instituições Federais Públicas de Ensino Superior (IFES) brasileiras a educação aberta e a distância tem enfrentado dificuldades para sua institucionalização. O empenho nas questões relacionadas com a oferta de ensino presencial relega a EAD para um segundo plano no rol das prioridades atuais das IPES do país. Questões relativas ao financiamento do ensino superior público, dificuldades de contratação de professores, ausência de infraestrutura tecnológica e outros pontos que envolvem a complexidade da oferta de ensino mediatizado por material impresso, material multimídia, canais de TV e rádio retardam a adoção da EAD como forma de ensino-aprendizagem com potencial de oferta em grande escala no ensino superior brasileiro. (MARTINS, 2006, p.76).

Diante deste cenário, a proposta deste artigo é identificar como as Instituições Federais de Ensino Superior apresentam a Educação a Distância nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional e quais as políticas e práticas traçadas para esta modalidade em três universidades públicas federais do Sul do Brasil, em consonância com a sua oferta, possibilitando evidenciar a institucionalização da educação a distância no ensino superior.

A Educação a Distância

A educação a distância é conhecida desde o século XIX, em sua forma empírica. No final da década de 1960 foi fundada a *UK Open University*, com foco para formação superior, ocorrendo neste momento o surgimento das primeiras universidades abertas que utilizavam transmissões por televisão, fitas de áudio e vídeos e material impresso, além do atendimento por telefone e a disponibilidade de tutores. (RODRIGUES, 2006). Este modelo a distância chegou a três milhões de matriculados em 2006, no Brasil, em cursos oferecidos principalmente por instituições privadas (PORTO, 2008).

Com a popularização da internet, a partir de 1990, e com rápida aceitação desta tecnologia entre os usuários, é crescente o número de ofertas de cursos a distância e aumento do número de alunos envolvidos neste modelo de educação (BATES, 2006).

De acordo com Tori (2009), o ambiente virtual e a tradicional sala de aula estão se descobrindo como importante complemento mútuo, sinalizando possibilidades para instituições *dual mode*, dos cursos de graduação oferecidos pelas universidades, conforme comentário abaixo:

[...] No que se refere à estrutura organizacional, podemos identificar duas grandes categorias que agrupam uma grande variedade de tipos de instituição atuando na área de EAD, desde as primeiras fases da expansão desta modalidade de ensino, que chamaremos de instituições especializadas (*single-mode*) e de instituições integradas (*dual-mode*). As primeiras dedicam-se exclusivamente ao ensino a distância e seus exemplos mais típicos são as grandes universidades abertas européias. A segunda categoria inclui uma grande variedade de experiências de EAD desenvolvidas em instituições convencionais públicas ou privadas [...]. (BELLONI, 2001, p.87).

As universidades ao redor do mundo enfrentam pressões econômicas e sociais de toda ordem, concomitantemente com o advento da internet, explosão da informação, desenvolvimento tecnológico e a globalização que exigem mudanças no cenário educacional e nas interações sócio culturais. Embora haja uma explosão da informação, segundo Mason (2003) o impacto das tecnologias modernas tem alterado muito pouco a concepção popular do aprendizado, como uma troca de conhecimento entre o professor e o aluno. Na maioria dos países o aprendiz ainda é visto como um recipiente a ser “enchido” e com capacidade limitada para suportar informação. Diante deste cenário, as universidades precisam se ajustar para atender às necessidades de uma sociedade baseada no conhecimento. Estes ajustes devem estar presentes na filosofia da instituição e no topo de suas políticas, a exemplo dos grandes modelos internacionais, como é caso da *Organization for Economic Co-operation and Development* - OECD, entre outras.

Introduzidos os aspectos gerais com relação à educação a distância, um panorama brasileiro é exposto de forma sucinta a fim de elucidar o contexto em que estão inseridas as instituições deste estudo.

EAD no BRASIL

A educação superior a distância no Brasil tem sua primeira proposta em 1972, a partir de um relatório final de viagem à *Open University*, elaborado por Newton Sucupira, então representante do Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação, que apontou possibilidade da EAD para o Brasil. No relatório apresentado, o representante do Conselho defendeu a criação de uma universidade aberta, pois entendia que esta além de ampliar as oportunidades de acesso à educação superior também significaria um processo de educação permanente do ensino superior. O relatório destacava ainda as potencialidades da EAD para o Brasil e a necessidade de se preparar adequadamente antes de iniciar projetos na área (VIANNEY, BARCIA, LUZ, 2006; BARRETO, 2006).

A Universidade Federal de Mato Grosso foi pioneira na oferta de curso de licenciatura a distância em 1992, e objetivou a formação de educadores das séries iniciais, das 5^a a 8^a e a oferta de cursos de pós-graduação, numa atividade articulada entre universidades federal e estadual, com base nas definições de uma política de ensino e pesquisa do Instituto de Educação. A partir desta primeira experiência, outras universidades brasileiras iniciaram seus processos de credenciamento e autorização de cursos de graduação a distância. Também cursos de especialização nesta modalidade foram criados, por pequenos grupos de professores ousados que manifestaram interesse e realizaram proposta de oferta, através de convênios e por prazo determinado (MARTINS, 2006).

O reconhecimento oficial do ensino a distância no Brasil foi desencadeado pela Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/96 e, atrelado a esta, nasce a exigência de definições de políticas públicas e de estratégias para que seja viabilizada e implementada esta modalidade de ensino nas Instituições Federais Públicas de Ensino Superior do país.

Discussões sobre necessidade de implantação do ensino a distância passaram a fazer parte das prioridades do MEC e a legislação brasileira conceitua:

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DECRETO 2.494/1998).

A Secretaria Especial de Ensino a Distância tem buscado implementar políticas de incentivo à criação de cursos a distância. Em 2004, por meio do Edital - 001/2004-SEED-MEC foram mobilizadas 39 instituições públicas de ensino superior, possibilitando a abertura de dezenove cursos a distância, de licenciatura em: biologia, química, física, matemática e pedagogia, denominado Pró-Licenciatura, com oferta de 17.585 vagas de ensino superior público, por diversas regiões do país. A escolha prioritária dessas áreas de conhecimento teve por base dados do Censo do Professor (INEP) que apontaram um déficit crescente de professores no ensino médio nestas áreas, principalmente nas séries iniciais. O Edital disponibilizou R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais). Os critérios para seleção das propostas de cursos priorizaram cinco pontos fundamentais: Abrangência geopolítica, oferta de vaga, equipe multidisciplinar, projeto pedagógico e estrutura administrativa, representando a primeira experiência em larga escala do (MEC, 2009).

Outras ações do governo se sucederam neste sentido e, em novembro de 2008, o sistema de educação a distância brasileiro contava com 109 instituições, das quais 49 particulares, 11 comunitárias e 49 públicas — universidades e centros federais de educação profissional e tecnológica. Nestas instituições estudam 760.599 alunos (MEC, 2009).

A Universidade Aberta do Brasil – UAB é um programa da Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) com parceria da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC). Este sistema tem como prioridade a formação e capacitação inicial e continuada de professores para a educação básica, com a utilização de metodologias da educação a distância. Dentre as atribuições da UAB encontram-se atividades de articulação das instituições de ensino superior públicas para a oferta de cursos superiores a distância em polos de apoio presencial, prioritariamente distribuídos em municípios do interior do país.

A Universidade Aberta do Brasil foi instituída pelo Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006, com objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores por meio da educação a distância. Uma de suas tarefas é contribuir também para a formação de professores da rede pública, com graduação e especialização. O programa, iniciado em 2006, dispõe hoje de 790 s espalhados por todo o país, os quais oferecem mais de 90 mil vagas em cursos de educação superior. Nos s, os alunos encontram a infraestrutura necessária para as atividades presenciais, como laboratórios de informática, biblioteca e tutores. Dentre as instituições de ensino superior credenciadas para EAD, aparecem 45 universidades federais, de ensino superior, conforme quadro1, exposto na metodologia deste estudo.

Segundo o Art. 10º do Decreto da Presidência da República nº 5.773/06, o funcionamento de instituições de educação superior e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Poder Público. Tais atos são os referentes ao credenciamento, recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Muitas medidas foram instituídas pelo Ministério da Educação para a implementação e credenciamento do ensino a distância nas instituições de ensino superior. A educação a distância é regulada pelos Decretos da Presidência da República nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005; Decreto nº 5.773/06 de maio de 2006, Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007; além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Expostos os aspectos do EAD no Brasil, no que tange ao seu início e situação atual, segue-se para a exploração do tema em estudo, o Plano de Desenvolvimento Institucional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Alguns dispositivos legais orientam a elaboração do PDI. Entre estes, destacam-se a Lei no. 10.861 de 14 de abril de 2004 que visa instituir o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”, nos termos da Lei de Diretrizes Bases – LDB – Lei 9.394/1996. Somam-se às leis principais os Decretos nº. 2.494/1998, nº. 3860/2001, 4.914/2003, nº. 5.154/2004, nº. 5.224/2004 e nº. 5.225/2004. Várias Portarias e Resoluções também orientam a elaboração do PDI, entre elas: Portarias do MEC °. 301/1998, nº. 1.466/2001, nº. 2.253/2001, nº. 3.284/2003, nº. 7/2004, nº. 2.051/2004, nº. 3.643/2004, nº. 4.361/2004, e Resolução CD/FNDE nº. 24 de junho de 2008, entre outras.

Conforme MEC (2004) o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um documento que mostra a identidade da Instituição de Ensino Superior e deve ser elaborado para um período de cinco anos. Este plano deve integrar o planejamento estratégico, a missão, as diretrizes pedagógicas da instituição de ensino, as metas, ações e os investimentos necessários para melhoria contínua e garantia da qualidade.

A elaboração do PDI deve apresentar publicamente os princípios norteadores do funcionamento da instituição. Toda a sua dinâmica e o conjunto de ações para alcance das metas devem estar explicitados, além da clareza e objetividade do texto. Outro aspecto relevante na elaboração do PDI diz respeito à adequação entre todos os seus elementos, demonstrando a viabilidade do seu cumprimento.

Conforme exposto, apresenta-se a metodologia deste estudo, a qual elucida a maneira como foram avaliadas as políticas de EAD contidas nos PDIs das instituições participantes.

Metodologia

Este estudo realizado em Universidades brasileiras é de natureza qualitativa. O método qualitativo é um tipo de investigação no qual o pesquisador está voltado para o significado de fatos, eventos ou ocorrências, visto que, o grupo social se organiza em torno desses significados. Como a organização é o local de coleta de dados, há pouco controle sobre as variáveis (DENZIN e LINCOLN, 1994). Dentre as universidades apontadas no quadro um, foram escolhidas três do sul do país para um estudo das políticas de EAD em seus Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI, dada a importância deste instrumento para institucionalização desta modalidade nas instituições de ensino superior.

	REGIÃO	UF	SIGLA	INSTITUIÇÃO
1	Região Centro-Oeste	DF	UnB	Universidade de Brasília
2	Região Centro-Oeste	GO	UFG	Universidade Federal de Goiás
3	Região Centro-Oeste	MS	UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
4	Região Centro-Oeste	MT	UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
5	Região Nordeste	AL	UFAL	Universidade Federal de Alagoas
6	Região Nordeste	BA	UFBA	Universidade Federal da Bahia
7	Região Nordeste	CE	UFC	Universidade Federal do Ceará
8	Região Nordeste	MA	UFMA	Universidade Federal do Maranhão
9	Região Nordeste	PB	UFPB	Universidade Federal da Paraíba
10	Região Nordeste	PE	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
11	Região Nordeste	PE	UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
12	Região Nordeste	PI	UFPI	Universidade Federal do Piauí
13	Região Nordeste	RN	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
14	Região Nordeste	SE	UFS	Universidade Federal de Sergipe
15	Região Norte	AM	UFAM	Universidade Federal do Amazonas
16	Região Norte	AP	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
17	Região Norte	PA	UFPA	Universidade Federal do Pará
18	Região Norte	RO	UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
19	Região Norte	RR	UFRR	Universidade Federal de Roraima
20	Região Norte	TO	UFT	Universidade Federal do Tocantins
21	Região Sudeste	ES	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
22	Região Sudeste	MG	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
23	Região Sudeste	MG	UFLA	Universidade Federal de Lavras
24	Região Sudeste	MG	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
25	Região Sudeste	MG	UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
26	Região Sudeste	MG	UFSJ	Universidade Federal de São João del-rei
27	Região Sudeste	MG	UFU	Universidade Federal de Uberlândia
28	Região Sudeste	MG	UFV	Universidade Federal de Viçosa
29	Região Sudeste	MG	UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
30	Região Sudeste	MG	UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
31	Região Sudeste	RJ	FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
32	Região Sudeste	RJ	UFF	Universidade Federal Fluminense
33	Região Sudeste	RJ	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
34	Região Sudeste	RJ	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
35	Região Sudeste	RJ	UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
36	Região Sudeste	SP	UFABC	Universidade Federal do ABC
37	Região Sudeste	SP	UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
38	Região Sudeste	SP	UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
39	Região Sul	PR	UFPR	Universidade Federal do Paraná
40	Região Sul	PR	UTFPR	Universidade tecnológica Federal do Paraná

41	Região Sul	RS	FURG	Universidade Federal do Rio Grande
42	Região Sul	RS	UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
43	Região Sul	RS	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
44	Região Sul	RS	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
45	Região Sul	SC	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 1: Universidades Federais integrantes do sistema UAB

Fonte: Adaptação - Brasil - Ministério da Educação – MEC, 2009.

Com relação ao tipo de pesquisa classifica-se como exploratória, conforme Vergara (1997), pois a pesquisa é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, neste caso o estudo sobre as políticas de EAD nos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI das Universidades Federais. Além de exploratória a pesquisa é descritiva, segundo Gil (2002), pois tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda de estabelecimento de relações entre variáveis, neste estudo a descrição e comparação dos PDIs de três Universidades do Sul do Brasil. Para realização deste estudo foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, sendo que a análise documental constituiu-se no principal instrumento de coleta e análise de dados, com destaque para os PDIs das universidades em estudo.

Os dados foram analisados por meio de análise dos eixos temáticos do PDI proposto pelo MEC (2004). Justifica-se a escolha pelo fato de o MEC sugerir estes eixos para as Universidades, e o PDI menos recente das instituições em estudo tem início em 2004, portanto, não foram utilizados os eixos temáticos atuais do PDI proposto pelo MEC, cuja última atualização ocorreu em 2007. Os eixos e as subdivisões do mesmo são expostos no quadro 2.

Quadro 2 - Eixos temáticos do PDI

Perfil Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Breve histórico da IES • Inserção Regional • Missão • Finalidades • Objetivos e Metas (descrição dos objetivos e quantificação das metas com cronograma) • Área de atuação acadêmica • Responsabilidade Social a IES (ênfase na contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico da região) • Políticas de Ensino • Políticas de Extensão e Pesquisa
Gestão Institucional	<p>2.1. Organização Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico. • Órgãos Colegiados: atribuições, competências e composição. • Órgãos de apoio às atividades acadêmicas. • Autonomia da IES em relação à Mantenedora. • Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas (mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social). <p>2.2. Organização e Gestão de Pessoal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corpo docente – composição, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho. • Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho detalhando perfil existente e pretendido para o período de vigência do PDI. • Corpo técnico/administrativo – estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira e/ou cargos e salários e cronograma de expansão.

	<p>2.3. Políticas de atendimento aos discentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas). • Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psico-pedagógico). • Organização estudantil (Espaço para participação e convivência estudantil). • Acompanhamento dos egressos.
Organização didático-pedagógica	<p>Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perfil do egresso; • Seleção de conteúdos; • Princípios metodológicos; • Processo de avaliação; • Práticas pedagógicas inovadoras; • Políticas de estágio, prática profissional e atividades complementares; • Política e prática de educação a distancia (para IES que propõem desenvolver essa modalidade) • Políticas de educação inclusiva (PNE- Portadores de Necessidades Especiais).
Oferta de Cursos e Programas (presenciais e a distância)	<p>Graduação (bacharelado, Licenciatura e Tecnologia);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seqüenciais (formação específica, complementação de estudo) • Programas especiais de formação pedagógica • Pós- graduação (<i>lato sensu</i>) • Pós-graduação (<i>stricto sensu</i>) • Programas de Extensão • Programa de Pesquisa
Infraestrutura	<p>Infraestrutura física (salas de aula, bibliotecas, laboratórios, instalações administrativas, sala de docentes, coordenação, área de lazer e outros)</p> <p>Infraestrutura acadêmica (quantificar acervo por área de conhecimento, recursos tecnológicos, áudio visual, rede computadores, informatização e outros)</p> <p>Adequação da infraestrutura para atendimento aos portadores d necessidades especiais.</p> <p>Estratégias e meios para comunicação interna e externa (explicitar os meios de comunicação utilizados pelas IES para atingir a comunidade interna e a sociedade em geral).</p> <p>Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI.</p>
Aspectos financeiros	<p>Estratégias de gestão econômico-financeira.</p> <p>Planos de investimentos</p> <p>Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos)</p>
Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional	<p>Projeto de avaliação e acompanhamento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, Planejamento e Gestão (descrever a metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo).</p> <p>Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior – SINAES.</p> <p>Formas de utilização dos resultados das avaliações.</p>
Anexos	<p>Projeto pedagógico dos cursos solicitados para o primeiro ano de vigência do PDI.</p>

Quadro 2 - Eixos temáticos do PDI

Fonte: Brasil - Ministério da Educação – MEC, 2004.

Nesta perspectiva, as projeções para o ensino a distância nos PDIs de três instituições federais de ensino superior foram avaliadas, em atenção a proposta deste artigo, que visa identificar as políticas e práticas traçadas para educação a distância, em consonância com a sua oferta, presentes nos PDIs de três universidades públicas federais, possibilitando evidenciar a institucionalização da educação a distância no ensino superior.

Estas instituições estão categorizadas pelas siglas: IFS-1 – IFS-2 e IFS-3, as quais estão descritas a seguir.

Resultados e discussão

As instituições federais estudadas apresentaram PDIs diferenciados. A IFS-1 apresentou plano para o período 2006-2010; a IFS-2 para o período de 2004, sem término definido e, a IFS-3, plano de 2007 a 2011. Nesta análise se constata a primeira divergência entre as instituições estudadas, pois duas delas têm o PDI para o período de cinco anos, como sugere o MEC (2004), e a IFS-2 não tem uma previsão de término.

Os eixos temáticos avaliados nesta análise, propostos pelo MEC (2004), foram aqueles encontrados em pelo menos um dos PDIs das instituições em estudo.

PDI - IFS-1

A IFS-1 oferece ensino a distância para nove cursos, num total de 921 vagas, distribuídas em cursos tecnológicos, graduação e especialização.

Eixo – Perfil institucional

a) Missão:

“Promover ensino, pesquisa e extensão, formando lideranças capazes de desenvolver a sociedade”¹

Eixo – Organização didático-pedagógica

a) Diretrizes para EAD:

Não apresentado.

b) Metas para EAD:

Dos onze itens apresentados, o primeiro refere-se a EAD: “Investir nos cursos de educação a distância que primem pela qualidade e gratuidade”.

c) Diretrizes Pedagógicas:

Não apresentado.

d) Indicador/Meta:

“Instituir coordenação de EAD como parte da estrutura administrativa”.

¹ Informação do PDI extraída do site da IFS-1.

e) Políticas e práticas de educação a distância:

A educação a distância foi regulamentada em dezembro de 2004 e tem como missão: “atuar como um agente de inovação dos processos de ensino-aprendizagem, que incentivem a incorporação das tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos métodos didático-pedagógicos e possibilitem o acesso à Educação Superior Pública e de qualidade, propiciando a democratização do acesso à educação de forma a contribuir para a redução das diferenças socioculturais que se perpetuem em nossa sociedade.”

f) Objetivos para EAD:

“Formular e implementar cursos e projetos de educação a distância (EAD) na instituição; Acompanhar e dar apoio tecnológico e pedagógico aos cursos a distância, desde a fase de projeto, desenvolvimento, implementação, até à sua administração, supervisão e avaliação; Promover a pesquisa sobre novas tecnologias, formas e instrumentos de ação para a EAD; Desenvolver, produzir e disseminar conteúdos, programas e ferramentas tecnológicas para a utilização em EAD; Fomentar e difundir o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino, estimulando a pedagogia da autoria junto aos professores e alunos da instituição e disseminar o conhecimento produzido para as escolas públicas de ensino fundamental e médio; Desenvolver convênios e parcerias com empresas e outras instituições de ensino governamentais e não governamentais para promover a Educação a Distância; Cooperar com as unidades de ensino, no intuito de manter e desenvolver a excelência acadêmica, criando oportunidades para o crescimento de um trabalho a distância com as mesmas características de qualidade encontradas nas práticas presenciais; Planejar, coordenar e supervisionar a execução de programas de capacitação nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização. Práticas pedagógicas inovadoras; Desenvolver atividades em educação à distância. Para além das delimitações de espaço físico da Universidade, a oferta de ensino à distância contempla um aumento no horizonte de atendimento de demandas sociais, bem como uma renovação das condições de ensino, pesquisa e extensão: Promover um maior aproveitamento de TV Campus e Rádio UFSM para apresentação de atividades de atualização (conferências e debates). Criar uma sala de teleconferência. Incentivar ações interdisciplinares, e outras atividades de caráter complementar, eventuais ou permanentes de conexão entre disciplinas regulares. Promover eventos com reunião de pesquisadores de várias áreas.”

PDI – IFS-2

A IFS-2 faz referência à educação a distância em seu PDI, elaborado em 2004 (término em aberto), em apenas um parágrafo, quando trata de cursos oferecidos.

Iniciou a oferta de cursos de capacitação e de pós-graduação na segunda metade da década de 90. Alargou seus horizontes com a oferta de cursos priorizando aqueles endereçados à formação de professores.

Atualmente a IFS-2 oferece nove cursos, graduação e especialização, perfazendo um total de 2.600 vagas com 60 polos espalhados por todo o país. Esta instituição é a que possui maior número de polos e maior número de vagas, entre as três avaliadas, no entanto, o PDI não apresenta políticas para a educação a distância.

Eixo – Perfil institucional

a) Missão:

“Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.”²

Eixo – Organização didático-pedagógica

a) Diretrizes para EAD:

Não apresentado.

b) Metas para EAD:

Não apresentado.

c) Diretrizes Pedagógicas:

Não apresentado.

d) Indicador/Metas para EAD:

Não apresentado.

e) Políticas e práticas de educação a distância:

Não apresentado.

f) Objetivos para EAD:

Não apresentado.

PDI - IFS-3

A IFS-3 elaborou seu PDI para o período de 2007-2011. É o mais atual dos planos analisados. Nesta instituição não foram evidenciadas políticas institucionais para EAD. A abordagem feita para esta modalidade está contemplada na organização acadêmica e nas diretrizes e metas. Nesta instituição é oferecido um curso aprovado pelo MEC, na modalidade especialização a distância, com 160 vagas em 5 polos.

Eixo – Perfil institucional

a) Missão:

“Fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável”.³

Eixo – Organização didático-pedagógica

a) Diretrizes para EAD:

² Informação do PDI extraído do site da IFS-2.

³ Missão e valores podem ser encontrados no site da IFS-3.

“Expandir e consolidar as atividades de ensino; objetivo: valorizar e fortalecer a modalidade de educação a distância;

b) Metas para EAD:

Avaliar 100% dos cursos ofertados na modalidade a distancia, em 2007; dar condições de funcionamento para 100% dos cursos na modalidade educação a distancia até 2011. Criar um programa para orientação e padronização de atividades ou projetos acadêmicos por EAD, estabelecendo indicadores de qualidade e de produtividade gerais para 100% dos cursos, a partir de 2007. Atualizar as resoluções vigentes sobre cursos por EAD na instituição, envolvendo cursos técnicos até de pós-graduação. Criar disciplinas interinstitucionais na modalidade graduação e pós-graduação. Criar disciplinas em ambientes virtuais até 2011.

c) Diretrizes Pedagógicas:

Por ser multicampi, adota diretrizes pedagógicas para a EAD padronizadas em todos os Campi, regulamentadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação, implementadas e coordenadas pela PROGRAD e pelos Coordenadores locais em cada Campus. Cada um dos Campi desta instituição organiza um núcleo específico de servidores, capacitados para a atuação nesta modalidade de ensino. Os padrões de qualidade são desenvolvidos em conjunto com participantes de todos os Campi, sendo de responsabilidade da PROGRAD o acompanhamento e a orientação da implementação dos cursos, segundo as diretrizes e os padrões de qualidade estabelecidos. A PROGRAD, além de manter atualizadas as diretrizes pedagógicas para a oferta com qualidade de cursos na modalidade EAD, regulamenta os procedimentos administrativos e cargas horárias docentes, adequadas para cada projeto de curso em EAD, bem como para a elaboração de conteúdos didáticos e gestão de cursos desta.

d) Indicador/Metas:

A partir de 2007 criar disciplinas interinstitucionais na modalidade graduação e pós-graduação. Criar disciplinas em ambientes virtuais até 2011.

e) Políticas e práticas de educação a distância:

Os cursos e os conteúdos ministrados na modalidade a distância podem ser ofertados para qualquer localidade externa aos Campi, como também para os alunos dos cursos presenciais internos regulares ou não, seja na forma de suporte para unidades curriculares presenciais, ou como para a substituição de componentes curriculares integrais, desde que planejados e autorizados previamente pelos colegiados competentes.

f) Objetivos para EAD:

O objetivo da IFS-3 com a oferta de cursos na modalidade EAD é o de atender, com maior abrangência geográfica, à demanda das diversas comunidades e empresas com as especialidades e competências dos docentes de seus diversos Campi, sem a existência de barreiras de distância, além de proporcionar suporte e implemento de qualidade para os conteúdos dos cursos presenciais.

Plano de desenvolvimento institucional: IFS-1, IFS-2 e IFS-3

Conforme exposto, dentre as instituições avaliadas a que tem o PDI mais atual e completo é a IFS-3, a qual tem um PDI para o período de 2007-2011, e apresenta subtópicos mais completos com relação ao eixo Organização didático-pedagógica, proposto pelo MEC (2004), no que tange às políticas de EAD, ainda que nesta instituição seja oferecido apenas um curso aprovado pelo MEC, na modalidade especialização a distância.

Mesmo obtendo destaque com relação às outras duas instituições estudadas, o PDI da IFS-3 está aquém do idealizado pelo MEC (2004), no que concerne às políticas de EAD.

Os demais eixos temáticos propostos pelo MEC (2004) não foram ilustrados, pois não estão contemplados em nenhum dos planos de desenvolvimento institucional das universidades em estudo embora, na prática, alguns destes eixos existam nestas universidades, como por exemplo, a infraestrutura.

Conclusão

Para que o EAD seja institucionalizado nas universidades são necessárias definições de políticas públicas, com implementação de metas, diretrizes e ações estratégicas a serem traçadas em seus futuros planejamentos, já que os atuais dificultam de certa maneira os centros de ensino e seus docentes para esta prática. A criação de cursos a distância implica em modificar a gestão das instituições de ensino e todo o sistema educacional no contexto da instituição, culminando com institucionalização.

Prioritariamente, a implantação do EAD deve ser norteada por políticas sólidas que garantam toda infraestrutura tecnológica, de laboratórios, bibliotecas virtuais, suporte técnico, material impresso, pessoal docente, número de tutores compatível com a demanda, treinamentos dos envolvidos, além dos recursos que esta modalidade necessita e devem estar previstos nos planejamentos.

Por meio deste estudo pode-se observar que há uma desconexão entre os projetos educacionais e as políticas que norteiam as instituições. De acordo com o exposto neste estudo, apenas uma das instituições tem um PDI mais completo com relação ao eixo Organização didático-pedagógica, porém, permanece aquém do idealizado pelo MEC (2004) no que concerne às políticas de EAD. Acrescenta-se a isso o fato de os demais eixos temáticos propostos pelo MEC (2004) não estarem contemplados em nenhum dos planos de desenvolvimento institucional das universidades em estudo, no que se refere ao ensino a distância. Destaca-se que na prática algum destes existe nestas instituições.

As políticas do MEC endereçam para o caminho da oferta do EAD com a celeridade que a sociedade exige, e para isso credenciou todas as instituições federais. Mas não é por conta deste respaldo governamental que as universidades ficarão incólumes diante da comunidade científica. Elas precisam institucionalizar e consolidar os projetos político/pedagógicos em seus PDIs, sob pena de fracassarem em suas ofertas de ensino a distância já iniciadas.

O projeto pedagógico para o EAD não foi evidenciado nos PDIs destas instituições federais de ensino superior avaliadas, embora sejam ofertadas em torno de 4000 vagas na modalidade a distância nestas três instituições.

É evidente que, em um país de dimensões continentais, com um elevado número de brasileiros sem oportunidade de acesso escolar, a modalidade de educação a distância é um dos caminhos viáveis para oportunizar a interiorização do conhecimento aliada à educação formal, com utilização das tecnologias de informação e da comunicação disponíveis.

A Educação Aberta e a Distância surge como um caminho de qualidade possível, mas as universidades, embora grande parte delas apresente uma excelente infraestrutura, não apresentam o ensino a distância institucionalizado.

A educação a distância está em implantação nas universidades, mas sabe-se que suas bases políticas e conceituais ainda estão em construção, pois além da falta de debate, o distanciamento cultural em torno desta modalidade é notório. Por mais que tenha aumentado a frequência de cursos a distância de nível superior, ainda são poucas as iniciativas de oferta diante das demandas.

É necessário e premente que as instituições elaborem políticas de planejamento educacional para EAD com previsões orçamentárias, investimentos em tecnologia, suporte técnico especializado para TICs, diretrizes, estratégias, metas, ações e modelo pedagógico de forma clara e visível, sob pena de interrupção da oferta deste modelo por falta de definição política.

Referências

BATES, Tony. Distance Education in a Dual-Mode Higher Education Institution: A Canadian Study In: **Strategies for sustainable open and distance learning**. Routledge Falme Press, 2006. Disponível em: <http://www.col.org/colweb/webdav/site/myjahiasite/shared/docs/Ch3_CS-Bates.pdf>. Acesso em: 02 dez.2008

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 2. ed. Campinas: Autores associados, 2001.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto 2.494/1998. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

_____. Lei 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2008.

_____. Lei 10.861/2004: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano de desenvolvimento institucional – PDI: Diretrizes para elaboração. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.eafst.gov.br/pdi/documentos/eixostematicos.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2008.

_____. Universidade Aberta do Brasil: s. Brasília, 2009. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=152&Itemid=117>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. Universidade Aberta do Brasil: Universidades federais. Brasília, 2009. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=151&Itemid=117>. Acesso em: 02 ago. 2009.

CIND - Centro interuniversitario de desarrollo. **Educación superior en Iberoamérica**: informe 2007. Santiago, 2007. Disponível em: <<http://www.cinda.cl/pdf/EducacionSuperior-Interior.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2008.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.

MARTINS, Luiz Roberto Rodrigues. **Educação superior a distância no Brasil**: uma construção consorciada e em rede. *Liinc Revista*, v. 2 n.1, março 2006, p.71-85. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 20 out. 2008.

MASON, Robin. The University: current challenges e opportunities. In D'Antoni, Susan. **The virtual university**. UNESCO, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/iiep/virtualuniversity/files/usq_online.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

LITTO, Fredric Michael. **Perspectivas da educação a distância no Brasil**: Três cenários da ponderar (1997-2002), 2003. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/publica/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=2ing&inford=888&sid=69>>. Acesso em: 02 dez. 2008.

PORTO, S.C.S.; BERGE, Z. **The international review of research in open and distance learning**, vol 9, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.irrodl.org/index.php/irrodl/article/view/478/1033>>. Acesso em: 24 out. 2008.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz. **Educação a distância, bibliotecas e informação**: integrações possíveis. Comunicação, Gestão e Profissão, Abordagem para o Estudo da Ciência da Informação. São Paulo: Autêntica, 2006.

TORI, Romero. Cursos Híbridos ou *Blended learning*. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a distância** – O estado da arte. ABED, 2009.

VERGARA, Sylvia Maria. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VIANNEY, João. BARCIA, Ricardo Miranda. LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto da Universidade Virtual: oportunidade de crescimento ou ameaça para as instituições de ensino superior? **Revista Estudos**, n. 26, março 2006. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/Publicacoes/Estudos/26/vianney.htm> Acesso em: 29 set. 2008.